

## REFLEXÃO SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE PARA OS RIBEIRINHOS DA AMAZÔNIA

Raimunda Gomes Maciel<sup>1</sup>  
Patrícia de Paula Gomes Maciel<sup>2</sup>  
Maria Betânia de Carvalho Fidalgo Arroyo<sup>3</sup>  
Ana D'Arc Martins de Azevedo<sup>4</sup>

### RESUMO

No âmbito escolar existem muitas dificuldades que podem resultar em um impacto negativo no desempenho dos alunos diante das atividades educacionais e no convívio no âmbito da sala de aula com os alunos e professores. É nesse contexto que esse artigo tem como objetivo analisar a evolução do currículo escolar ao longo das décadas, enfatizando a necessidade de adequação às demandas de diferentes grupos sociais, com um foco especial nos ribeirinhos da Amazônia. A discussão abrange a importância da educação ambiental e da sustentabilidade como componentes essenciais do currículo contemporâneo. Com base em uma revisão da literatura, este estudo fundamenta-se em autores brasileiros que abordam a temática curricular, enfatizando a relevância de uma educação inclusiva e contextualizada, pois parte da ideia de que a construção de um currículo que dialogue com a realidade dos ribeirinhos e que inclua a educação ambiental e a sustentabilidade deve ser uma prioridade nas políticas educacionais. Somente assim será possível formar cidadãos conscientes e críticos, capazes de contribuir para a preservação do rico patrimônio ambiental da Amazônia. Conclui que há necessidade de uma reflexão crítica sobre a necessidade de um currículo que não apenas informe, mas que também transforme e respeite as diversidades culturais e sociais do Brasil, especialmente no contexto dos ribeirinhos amazônicos.

**Palavras-chave:** Evolução; Currículo; Necessidades sociais.

<sup>1</sup>Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC) da Universidade da Amazônia (UNAMA). Mestra em Gestão de Recursos Naturais pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: raimundagomes789@gmail.com

<sup>2</sup>Graduanda em Medicina (Idomed). E-mail: ppatriaciapaula@hotmail.com

<sup>3</sup>Doutora pelo programa de Pós Graduação em Administração PPAD (UNAMA). Mestre em Ensino Superior e Gestão (UNAMA). Reitora da Universidade da Amazônia (UNAMA). E-mail: betania.fidalgo@hotmail.com

<sup>4</sup>Doutora em Educação/Currículo (PUC/SP). Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Professora Adjunta (UEPA). Coordenadora e Pesquisadora do Grupo de Pesquisa EDUQ/UEPA. Coordenadora e Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas GEPIDI/UNAMA. E-mail: azevedoanadarc@gmail.com

## ABSTRACT

In the school environment, there are many difficulties that can result in a negative impact on students' performance in educational activities and in classroom interactions, in interactions between students and teachers. It is in this context that this article aims to analyze the evolution of the school curriculum over the decades, emphasizing the need to adapt to the demands of different social groups, with a special focus on the riverside dwellers of the Brazilian Legal Amazon. The discussion covers the importance of environmental education and sustainability as essential components of the contemporary curriculum. Based on a literature review, this study is based on Brazilian authors who address the curricular theme, emphasizing the relevance of an inclusive and contextualized education, as it is based on the conjecture that the construction of a curriculum that dialogues with the reality of the riverside dwellers and that includes environmental education and sustainability is essential for the implementation of educational policies. Only in this way will it be possible to form conscious and critical citizens, capable of contributing to the preservation of the rich environmental heritage of the Amazon. Thus, there is a need for a critical reflection on the need for a curriculum that not only informs, but also transforms and respects the cultural and social diversities of Brazil, especially in the context of the Amazonian riverside dwellers.

**Keywords:** Evolution; Curriculum; Social needs.

## INTRODUÇÃO

A educação tem como seu ponto principal fazer a sociedade alcançar sua plenitude, fazendo com que ela busque refletir, observar e questionar de forma crítica e coerente a sociedade em que vive. Neste contexto, o ambiente escolar se configura em um espaço de ensino e aprendizagem, onde crianças, jovens e adultos vão em busca de conhecimentos e, galgar sonhos através desses conhecimentos adquiridos dentro na sala de aula.

Porém, no âmbito escolar existem muitas dificuldades que podem resultar em um impacto negativo no desempenho dos alunos diante das atividades educacionais e no convívio dentro da sala de aula com os alunos e professores. Segundo Saviani (2007), o currículo escolar emerge como um elemento central na formação educacional, refletindo as

concepções de sociedade, cultura e conhecimento ao longo do tempo. Desde a sua concepção, o currículo no Brasil passou por diversas transformações, influenciadas por contextos políticos, sociais e econômicos. No entanto, a adequação do currículo às realidades locais e sociais continua sendo um desafio, especialmente em regiões marginalizadas como a Amazônia, onde comunidades ribeirinhas enfrentam particularidades que demandam uma atenção especial.

Os ribeirinhos, que habitam as margens dos rios amazônicos, possuem uma relação íntima com o meio ambiente, que é fundamental para sua sobrevivência e cultura. Portanto, a inclusão da educação ambiental e de práticas sustentáveis no currículo é vital para atender às necessidades educativas desses grupos, promovendo uma formação que dialogue com suas realidades e valores. Assim, o objetivo desta pesquisa é analisar a evolução da educação e do currículo escolar ao longo das décadas, enfatizando a necessidade de adequação às demandas de diferentes grupos sociais, com um foco especial nos ribeirinhos da Amazônia.

## MÉTODO

O levantamento bibliográfico foi realizado a partir de uma seleção de materiais que foram usados para elaboração da escrita da pesquisa de acordo com a temática abordada, inserindo as ideias de pesquisadores que debatem o tema (Vergara, 2018).

Marconi e Lakatos (2016, p. 44) conceituam o levantamento bibliográfico como [...] o início de toda pesquisa científica [...] e Gil (2017) reitera que esse tipo de pesquisa se encontra em todos os tipos de levantamento de dados. Logo a pesquisa bibliográfica do artigo foi realizada através de livros, artigos e materiais disponibilizados na internet.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### A educação brasileira

A educação é um complexo de ações que atingem a todos, seja no ambiente escolar de uma sala de aula ou fora dele, tanto é que, de acordo com Freire (2012, p. 35) [...] nas sociedades chamadas primitivas e de povos considerados bárbaros, por exemplo, não existem escolas nem métodos de educação conscientemente reconhecidos como tais.

A educação, assim como qualquer outro aspecto social passa por fases, caracterizando sua constante evolução. Neste sentido, assim ocorreu nos mais variados períodos da cultura humana, como por exemplo na transição do primitivismo para o início da sociedade organizada.

Tal fase da evolução humana também teve grande influência no modo como a educação era produzida e disseminada, sobretudo quando vemos o surgimento que revolucionaram a educação, como a escrita que, consequentemente, elevou o nível de organização social da época, possibilitando o surgimento das cidades e dos Estados, haja vista que o homem já possuía domínio sobre a leitura e a escrita.

Diante da grande importância da educação, em seus mais diversos contextos, se torna necessário o amplo conhecimento para podermos entender desde o passado até os dias atuais. Segundo Paulo Freire (2012), a educação como intervenção inspira mudanças radicais na sociedade, na economia, nas relações humanas e na busca dos direitos, ou seja, uma sociedade sem educação não evolui. Não há mudanças sem a educação, a educação transforma um quadro caótico em esperanças, uma sociedade alienada, sem conhecimento sempre vai ser conduzida ao erro, o conhecimento leva a novas perspectivas.

Assim, percebe-se que p ser humano passa a ser um agente construtor e transformador da história, daí vem a importância da educação na sociedade na formação do indivíduo. Na história da educação brasileira os contextos se diferem em cada período, fases, épocas, classes

sociais. Destacamos alguns desses períodos.

### **A educação catequizadora e constitucional**

A história do Brasil é marcada preponderantemente pela dependência, exploração, violência, desrespeito às diferenças culturais e privilégios de alguns em detrimento da grande maioria da educação. Nesse contexto, a Companhia de Jesus, que foi fundada para contrapor-se ao avanço da Reforma Protestante, foi trazida para o Brasil para desenvolver um trabalho educativo e missionário, com o objetivo de catequizar e instruir os índios e colaborar para que estes se tornem mais dóceis e consequentemente mais fáceis de serem aproveitados na mão de obra (Saviani, 2007).

Nesse viés, tem-se que a obra educativa dos Jesuítas estava integrada à política colonizadora; durante pouco mais de dois séculos foi a responsável quase exclusiva pela educação no período; além de ser um ensino totalmente acrítico e alheio a realidade da vida da colônia, foi aos poucos se transformando em uma educação de elite, em consequência, num instrumento de ascensão social.

Após a chegada da Família Real, em 1808, o Brasil apresentou desenvolvimento culturais considerável, mas o direito à educação permanecia restrito a alguns.

Assim, a vinda da Família Real e mais a diante a Independência (1822) fizeram com que o ensino superior tivesse preocupação exclusiva, em detrimento de outros níveis de ensino, evidenciando o caráter classista da educação, ficando a classe pobre relegada a segundo plano, enquanto a classe dominante expandia cada vez mais seus privilégios.

### **Mudanças do período Republicano**

A dualidade do sistema educacional brasileiro, que conferia ao povo uma educação dessemelhante daquela conferida à elite, é herdada pela

Primeira República juntamente com a desorganização que se arrastou durante o período monárquico. Surgiram inúmeras reformas para se resolver a desorganização do sistema educacional, entre eles a Benjamim Constant, a Lei Orgânica Rivadávia Corrêa, a Carlos Maximiliano, porém foram apenas reformas paliativas, pois não se buscava mudar a estrutura educacional. Mudava-se até o sistema, mas a base de educação continuava (Saviani, 2007).

O sistema federativo do governo, estabelecido pela Constituição da República de 1891, ao consagrar a descentralização do ensino, acabou construindo um sistema educacional pouco democrático, que privilegiava o ensino secundário e superior responsabilidade da união em detrimento da expansão do ensino primário que deve ser reservado aos Estados (Freire, 2012).

Contudo, não havia uma rede de escolas públicas organizada, respeitável; as poucas que existiam na cidade, eram destinadas ao atendimento dos filhos das classes abastadas. No interior do país, existiam algumas pequenas escolas rurais, funcionando em condições precárias, e o professor não tinha qualquer formação profissional.

Segundo Freire (2012), a Revolução de 1930 criou uma efervescência ideológica que operou importantes discussões e transformações no campo educacional; parecia que o país tinha realmente acordado para a importância da educação e para a necessidade de garantir a todos, esse direito. O Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931, criou o Ministério da Educação e as secretarias de Educação dos estados; em 1932, como o ideal de educação obrigatória, gratuita e laica, entre outros.

Já para Saviani (2007), com o fim do Estado Novo, o país retornou à normalidade democrática e passou a adotar uma nova constituição. Na área educacional, o texto de 1946 estabelecia alguns direitos garantidos

pela Constituição de 1934 e suprimidos pela do Estado Novo. Até a aprovação de LDBEN de 1961, fora, 13 anos (1948-1961).

A promulgação da Constituição Federal em 1988 deu vazão à criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a lei nº 9.394 promulgada em 20 de dezembro de 1996. A carta Magna e a nova LDB dão suporte legais para que o direito a uma educação de qualidade seja realmente assegurado a formação integral do indivíduo e a sua inserção consciente, crítica e cidadã na sociedade (Freire, 2012).

Em 1996, Freire (2012) destaca que o Governo Federal elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais, estabelecendo diretrizes para estruturação e reestruturação dos currículos escolares de todo o Brasil, em função da cidadania do aluno e de uma escola realmente de qualidade.

Contudo, ainda falta muito para que o ideal passe para o real, haja vista que apesar da evolução, a educação brasileira ainda apresenta características reacionárias e alienantes, contribuindo para a formação de seres passivos, eximindo-se de compromisso de formar cidadãos ativos e conscientes.

Assim, quando se pensa em educar um cidadão significa desviar-se de futuros problemas, exige o conhecimento das causas que geram a violação dos direitos, que têm reflexo maior nas crianças. Implica a compreensão das injustiças sociais, implica também o nosso reconhecimento no que se refere à grande parcela de culpa, já que nós fazemos parte desse processo.

Portanto, é imprescindível que haja um educador que compreenda a complexidade das questões sociais e que esteja apto a buscar a integração entre as políticas educacionais e as necessidades escolares tanto dos alunos quanto dos demais agentes envolvidos no processo educativo hodierno, a fim de potencializar os resultados.

## Políticas públicas da área da educação

As políticas públicas na área da educação são uma proposta do governo para aproximar crianças, jovens e adultos da educação, dessa forma dando mais acessibilidade à sociedade na área educacional. Pode-se dizer que essas políticas também são uma forma de avaliar essa população, ajudando a melhorar o desempenho da educação no país, tanto é assim que segundo Azevedo (2003, p. 38), a [...] política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões [...]

A partir desse conceito, pode-se inferir que tais políticas são votadas pelo poder legislativo (deputados federais e estaduais, senadores e vereadores) em cada uma das esferas governamental: federal, estadual e municipal). De forma que, o poder executivo (presidente da república, governadores e prefeitos) podem também propor medidas para melhorar o desempenho no âmbito da educação (Azevedo, 2003).

Nesse contexto, é possível citar algumas dessas políticas que ajudam a transformar a educação no Brasil, dentre elas: PRONATEC, PROUNI, EJA, entre outras, sendo notadamente algumas políticas públicas educacionais que o governo criou para melhorar a educação no país.

Na realidade, a criação de políticas públicas educacionais tem fundamento na busca da realização do direito à educação, o qual está previsto na Constituição Federal de 1988, que preconiza que a educação é direito de todos (Piletti, 2017).

Porém não podemos afirmar com tanta certeza que na prática é assim. Há muitas crianças, jovens e adultos que não tem acesso à educação e, às vezes as políticas públicas não garantem uma abrangência maior, logo para pessoas de baixa renda, Lara (2008) enfatiza que crianças e jovens se veem obrigados a muitas vezes largar a escola para trabalhar e poder assim ajudar os pais nas despesas da casa, o que resulta na evasão escolar.

O trabalho infantil emerge, em sua maioria, em razão da reduzida condição de sobrevivência das famílias. Muitas famílias não possuem acesso, ou se o possuem, é muito precário, a bens e serviços fundamentais aos direitos sociais básicos que oferecem aceitável qualidade de vida', como saneamento básico, moradia, informação, lazer, educação, saúde (Lara, 2008, p. 107).

## **Evolução do Currículo no Brasil**

O currículo tradicional, predominante até os anos 1960, era caracterizado por uma abordagem instrucional e bancária da educação. Nessa fase, o conhecimento era transmitido de forma unilateral, com pouca ou nenhuma interação com a realidade do aluno. A educação focava em conteúdos disciplinares, priorizando a memorização e a repetição. Essa abordagem resultou na exclusão de vozes e saberes que não se alinhavam ao modelo educacional hegemônico.

Com a ascensão da pedagogia crítica nas décadas de 1970 e 1980, houve um movimento em direção à contextualização do ensino. Autores como Freire (2012), Saviani (2007) e Piletti (2017) começaram a enfatizar a importância de uma educação que considerasse as desigualdades sociais e as diversidades culturais.

Desse modo, Piletti (2017) destaca que o currículo crítico buscava formar cidadãos reflexivos e atuantes, promovendo a inclusão de temas sociais e culturais relevantes. Essa fase também trouxe à tona a necessidade de se considerar a realidade dos estudantes, o que é fundamental para a construção de um currículo mais inclusivo.

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996 e a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) marcaram o início de uma nova fase. O currículo contemporâneo busca ser mais pluralista e inclusivo, incorporando a diversidade cultural e social do Brasil. Porém, a implementação prática ainda enfrenta desafios,

principalmente em contextos específicos como o das comunidades ribeirinhas. A falta de formação de professores e recursos adequados muitas vezes limita a aplicação das diretrizes estabelecidas.

Nesse viés, a adequação do currículo escolar às necessidades dos ribeirinhos da Amazônia é fundamental para garantir uma educação de qualidade. Segundo Saviani (2007), o currículo deve ser um espaço de diálogo entre o conhecimento sistematizado e as experiências locais dos estudantes. A educação deve considerar a cultura e as práticas dos ribeirinhos, promovendo a valorização de suas tradições e conhecimentos.

A exclusão histórica dessas comunidades do sistema educacional formal resultou em um currículo que, muitas vezes, não reflete suas realidades

e

desafios. É essencial que os educadores, ao desenvolverem o currículo, integrem saberes locais, promovendo uma educação que respeite e valorize as especificidades culturais e sociais dos ribeirinhos.

A educação ambiental deve ser entendida como um processo contínuo que visa sensibilizar os estudantes sobre a importância da preservação da biodiversidade e dos recursos naturais. Franco (2010) argumenta que essa educação deve ser integrada ao currículo de forma transversal, permeando todas as disciplinas e práticas pedagógicas. Isso é particularmente relevante em regiões como a Amazônia, onde a exploração dos recursos naturais pode levar a consequências devastadoras.

Nesse contexto, para os ribeirinhos, a educação ambiental não deve se restringir ao conhecimento teórico, mas deve incluir práticas que promovam a convivência harmônica com a natureza. Projetos interdisciplinares que envolvam a comunidade podem ser desenvolvidos, abordando temas como a pesca sustentável, a agricultura familiar e a preservação dos recursos hídricos. Japiassu (2012) destaca a importância

de metodologias que integrem a teoria à prática, proporcionando aos alunos experiências concretas que reforcem o aprendizado.

Desse modo, a implementação de projetos de educação ambiental nas escolas ribeirinhas pode incluir atividades como:

- ✓ Oficinas de coleta seletiva: Envolvendo os alunos na separação e reciclagem de materiais, promovendo a conscientização sobre o desperdício e a reutilização;
- ✓ Aulas de campo: Realizando visitas a ecossistemas locais para observar e estudar a fauna e flora, promovendo uma conexão direta com o meio ambiente;
- ✓ Projetos de reflorestamento: Incentivando os alunos a participar do plantio de árvores nativas, entendendo a importância da preservação e recuperação ambiental.

Essas práticas contribuem para a formação de uma consciência crítica e responsável em relação ao meio ambiente, essencial para a sustentabilidade. Por isso, a formação de educadores é um aspecto crucial para a implementação efetiva da educação ambiental no currículo. É necessário oferecer capacitações que abordem metodologias de ensino contextualizadas e que incentivem a inovação pedagógica. Segundo Almeida (2019), a formação continuada deve incluir temas de sustentabilidade e como integrar esses conceitos nas práticas educativas diárias, preparando os professores para lidarem com as especificidades das comunidades ribeirinhas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A evolução do currículo escolar no Brasil reflete uma busca por uma educação mais inclusiva e contextualizada. No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer, especialmente na adequação do currículo às realidades dos ribeirinhos da Amazônia. A inclusão da educação ambiental e de práticas sustentáveis é não apenas desejável, mas essencial para

garantir uma formação que respeite e valorize a cultura e o modo de vida desses grupos.

A construção de um currículo que dialogue com a realidade dos ribeirinhos e que inclua a educação ambiental e a sustentabilidade deve ser uma prioridade nas políticas educacionais. Somente assim será possível formar cidadãos conscientes e críticos, capazes de contribuir para a preservação do rico patrimônio ambiental da Amazônia.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. **Formação de Professores para a Educação Ambiental.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2019.
- AZEVEDO, S. **Políticas públicas:** discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, O. Dos (et. al.). **Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais.** Rio de Janeiro: FASE, 2003.
- FRANCO, M. **Educação Ambiental:** Teoria e Prática. São Paulo: Cortez, 2010. FREIRE, P. **Educação Mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.
- JAPIASSU, H. **Educação Ambiental:** Um Desafio Transversal. Brasília: MEC, 2012.
- LARA, R. **A produção do conhecimento em Serviço Social:** o mundo do trabalho em debate. Franca: UNESP, 2008. Tese – Doutorado – Serviço Social – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP.
- MARCONI, M.A; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- PILETTI, C. **Filosofia da Educação.** 9 ed. São Paulo: Ática, 2017.
- SAVIANI, D. **História da Educação no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2007.
- SANTOS, M. **Educação e Diversidade Cultural:** Desafios e Oportunidades. São Paulo: Paulinas, 2018.
- VERGARA, S.C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 12 ed. São Paulo: Atlas, 2018.